

ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 27-9-2018.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Berna Menezes, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Victorino, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 114/18 (Processo nº 1256/18), de autoria de Lourdes Sprenger, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/18 (Processo nº 1257/18), de autoria de Felipe Camozzato, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes e Dr. Thiago. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mendes Ribeiro, Adeli Sell, João Bosco Vaz, Berna Menezes, Aldacir Oliboni e Alvoni Medina. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 821/18, do Prefeito, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18). Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Reginaldo Pujol e Luciano Victorino. Na ocasião, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna (Processo SEI nº 031.00018/2018-18), solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia primeiro ao dia quatro de outubro do corrente. Durante a Sessão, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Cassiá Carpes, Berna Menezes, Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol, Mauro Pinheiro, Adeli Sell e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e vinte e um minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mauro Pinheiro, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell e José Freitas e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Mendes Ribeiro está coma palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sr. Presidente, Ver. José Freitas; Srs. Vereadores e Srs. Vereadores; público que nos acompanha pela TVCâmara; quero falar aqui sobre a nota oficial da Prefeitura de Porto Alegre, que faz um novo pedido de urgência do projeto de atualização da planta genérica de valores predial e territorial, o IPTU. Será apresentado o regime de urgência novamente, Ver. Prof. Alex Fraga, e olha que aqui fala um Vereador que tem sido parceiro, tem ajudado

o Governo em votações de projetos importantes. Esse novo pedido do Executivo é uma falta de respeito com todos nós, Vereadores, e com a população de Porto Alegre. Eu acho que Porto Alegre precisa de projetos que vão beneficiar a vida da população. Eu não sei por que essa adrenalina de viver sempre com a corda esticada, sempre com um cabo de guerra, sempre uma disputa. Eu faço uma pergunta: os nossos projetos, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, que estão parados já há três meses para serem apreciados e votados não são importantes para a Cidade? Será que hoje o projeto mais importante para a Cidade é o da revisão da planta de valores? É verdade que esse projeto esteve um tempo nesta Câmara: foi feita uma comissão, ficou uns trinta e poucos dias para analisar um projeto de tamanha importância e teor técnico. Um projeto que veio todo cheio de problema, cheio de falha, digo aqui algumas delas: a questão da discrepância das divisões, dos valores absurdos entre a primeira e segunda divisão fiscal; do número de isenções, que sempre vai pegar no bolso daqueles que pagam impostos, os contribuintes.

Então, venho aqui fazer um apelo ao Governo, queria trazer um Vereador independente, a nossa bancada do PMDB tem ajudado o Governo em projetos relevantes em suas pautas, só que estamos pedindo um pouquinho de respeito. Acho que é hora de baixar a cabeça, de acalmar os ânimos e votar projetos importantes para a Cidade. Espero, Ver. Oliboni, que esse pedido de urgência seja retirado, ou que não se concretize, Presidente, em respeito a nós, Vereadores, que estamos trabalhando firme, estamos trabalhando para melhorar a Cidade. E eu sei o porquê desse pedido de urgência, é para dizer que o projeto não foi aprovado por interesses eleitoreiros dos Vereadores e não porque o projeto é ruim e a população não o quer, é exatamente por isso. Mas que pena que a gente tem que conviver com isso nos nossos dias. Espero que não seja verdade, que o Governo não faça essa grande injustiça com a cidade de Porto Alegre de colocar esse projeto para votar em regime de urgência, até porque, esse projeto não vai ter validade nenhuma em 2019. Então, nós vamos votar um projeto, que não tem validade nenhuma em 2019, antes dos projetos importantes dos Vereadores que estão nesta Casa para serem apreciados e votados. Vamos esperar que as pessoas tenham bom senso e que possamos viver em paz um pouquinho, o nosso Legislativo com o nosso Executivo. Muito obrigado, uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, que notícia hoje pela manhã, no Dia de Cosme e Damião, Dia do Idoso, Ver. Alvoni, o Prefeito nos aprontando essa! Ontem retira a urgência dos projetos, e eu me manifestei aqui dizendo que, lá na CCJ, Berna Menezes, nosso parecer foi de que não poderia ter urgência nesse tipo de projeto. A CCJ disse que sim, eu era o Relator, tinha razão, sobradas razões, meu Líder, Ver. Oliboni, que me cedeu seu tempo. Depois,

aqui no plenário, a maioria decidiu que seria urgência, sim. Tudo bem, nos submetemos, e nós queríamos votar. Quantas vezes, Bosco, foi tirado o quórum, porque o Governo não tinha e não tem os votos?! Que coisa mais deplorável, para não dizer um palavrão. Deplorável um Prefeito Municipal jogar com o senso comum do povo, jogar com o desconhecimento da população sobre os trâmites legislativos! Dia 30, último dia para que os Parlamentos votem qualquer matéria de cunho tributário, seja em nível local, estadual ou federal, é o preceito, o princípio nonagesimal, ou seja, 90 dias antes da entrada do novo ano quando o imposto pode ser cobrado. Então, não tem como mudar a planta de valores para 2019, se aprovar depois, tem para 2020, é uma outra realidade. Eu espero, Cassiá, que Porto Alegre mude muito até lá, porque nós vamos fazer um movimento de cidadania, vamos fazer um movimento de chamar a sociedade civil, mas não essa sociedade civil submissa, que se ajoelha para o Executivo, com promessas disso ou daquilo, como algumas importantes entidades, para a nossa desgraça ou nosso desgosto, Freitas. O senhor viu, numa das reuniões da CCJ, como havia um debate truncado, não verdadeiro, para não falar outra coisa mais forte, sobre IPTU. Promessa para um determinado setor de que seria assim, promessa para outro setor de que o assim seria assado. Não, não pode, Mendes Ribeiro, por isso a bancada do PT se soma à sua bancada, à sua preocupação sobre essa questão. O PT não quer estar aqui, e sei da opinião dos camaradas do PSOL que estão aqui presentes sobre este tema, não somos os únicos que temos uma opinião de derrotar este projeto, porque ele afronta em vários pontos aquilo que nós temos que resolver. Há uma população que seria beneficiada, eu não nego, pelo projeto, até algum setor de baixa renda não pagaria. Mas tem uma outra coisa embutida, Berna Menezes, porque não é que o pobre não queira pagar, ele não quer pagar 0,4 ou 0,8, como hoje, mas ele poderia pagar 0,1, porque, tendo IPTU, ele vai lá com seu documento de compra e venda, Alex, e, depois de cinco anos, faz usucapião extrajudicial e, com um gasto mínimo, mínimo, ele terá a propriedade para ir no banco – aqui no nosso glorioso Banrisul, que não vai ser privatizado – para fazer o financiamento da casa própria, financiamento para fazer o seu boteco, para poder botar uma fabriqueta lá na vila, porque é importante esse tipo de equipamento também na periferia. Nós temos que fazer esta Cidade mudar, pelo Executivo, pelo Paço Municipal. Ali na Praça Montevideu não muda, mas o entorno está pululando, no Mercado Público tem descontentamento, nas ruas tem descontentamento, no Centro tem descontentamento, na periferia tem descontentamento, o povo tem descontentamento, a Câmara tem descontentamento. Viva a democracia! Viva a Câmara Municipal, não nos dobreemos! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu não me surpreendo em nada com este Prefeito que aí

está. Ele não tem consideração com esta Casa, não tem consideração com os Vereadores, não vai ter consideração, Ver. Cecchim, com a população de Porto Alegre. Ontem ele retirou a urgência depois de brincar de pega-pega com a Câmara durante seis meses, um ano, onde o Correio do Povo e a mídia anunciam o pedido de urgência de novo, porque ele entende que está contaminado o momento eleitoral para votar o projeto, mas vão votar o projeto para entrar em vigor em 2020, que é ano de eleição na Câmara de Vereadores! Qual é o Vereador que vai aprovar pensando na reeleição dele?! Eu estou falando isso para usar o raciocínio do Governo, que tirou a urgência ontem “porque o momento político é de contaminar”, ele quer votar depois do 2º turno. Agora, Ver. Cecchim, eu fico impressionado porque não somos nós aqui que criticamos o Prefeito Marchezan, o próprio partido dele tem vergonha dele. O PSDB tem vergonha do Prefeito que tem. Aliás, tem tanta vergonha que nem o colocou na propaganda eleitoral. O PSDB tem tanta vergonha do Prefeito Marchezan e dessa Administração incompetente que está aí que escondeu o Prefeito não o convidando para participar da propaganda eleitoral. E ele está quietinho. O presidente do partido dele disse: “O Marchezan não manda aqui no Estado.” Mas é tudo combinado! Então querem criticar os Vereadores, porque o momento é político, porque tem mais 22 Vereadores que são candidatos. Mas os Vereadores que são candidatos vão votar com a sua consciência. Nós somos favoráveis – eu já disse isso aqui e vários Vereadores – a corrigir a planta de valores, mas não pode ser da maneira que está. Não pode ser da maneira que está: 30% mais 30% mais 30% em três anos, percentual sobre percentual vai dar quase cem por cento! Quem é que tem condições? Por que ele não senta conosco? Vamos tentar recuperar essa planta de valores em dez anos. Vamos diluir em dez anos! Mas também não serve! E ataca a Câmara de Vereadores, hoje faz isso, ontem tirou da urgência, hoje colocou novamente... Mas o que eu posso fazer, Ver. Alex, se o partido dele tem vergonha dele? O PSDB tem vergonha do trabalho dele porque não o coloca na propaganda eleitoral! Eu quero ver esse Prefeito ir lá pedir votos e dizer: “Olhem a minha Administração!” Aí tem um candidato que me disseram que foi contar os buracos da *freeway*, mas tem que contar os buracos em Porto Alegre! Não precisa ir à *freeway*, vamos contar os buracos aqui. Então isso aí indigna, indigna. E nenhum Vereador, dos 36 aqui, está preocupado com embate político. Quem quer votar, que acha que o projeto deve ser, vai votar com tranquilidade; agora, apresentar urgência para votar depois do 2º turno porque o período está contaminado com a eleição, mas vai valer para 2020, que é o ano de eleição para Vereador... Mas aí que ele não vai ganhar! Se ontem ele ia tomar 25 votos ou mais, depois da eleição vai tomar mais de trinta.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, não vão, Cassiá. Serão mais de 30 votos, porque, para votar após a eleição...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vamos contar, Cassiá. Por que votar depois da eleição para botar em vigor em 2020, meu Deus do céu?! Mas eu gostaria que o Prefeito fosse convidado pela campanha eleitoral para mostrar o excelente trabalho que faz em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. João Bosco. A Ver.^a Berna Menezes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BERNA MENEZES (PSOL): Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, qual a nossa surpresa hoje? Eu não sei qual será a surpresa na semana que vem, porque hoje já vem regime de urgência novamente. Mostra a seriedade que tem esse atual Prefeito com a nossa Prefeitura, ou seja, nenhuma! Não tem nenhuma seriedade, é um irresponsável com Porto Alegre e, como muito bem falou o Vereador que me antecedeu, ele não aparece nem na propaganda eleitoral do seu partido, ou seja, não tem nem o respeito dos seus Pares porque está totalmente desgastado com a população de Porto Alegre. Foi desmascarado porque um partido que fez campanha contra impostos e na verdade vem aqui com a proposta de aumento de imposto. Então nós achamos que é uma irresponsabilidade o que o Prefeito está fazendo com relação a esta Casa, porque é um desrespeito aqui, Presidente, com a seriedade com que esta Casa tem encarado os problemas de Porto Alegre, e, em contradição, o Prefeito, que deveria ser o mais preocupado com a situação de Porto Alegre, não está preocupado; está querendo fazer jogo político utilizando a questão do IPTU em Porto Alegre, o que não dá nenhum retorno, porque mostra que nem política sabe fazer.

Mas eu quero também utilizar este espaço para colocar um fato gravíssimo que aconteceu esta semana: o Presidente Temer baixou um decreto estendendo a terceirização para os serviços públicos. Alex, tu, que és professor, sabes, imagina teu cargo terceirizado! Hoje a terceirização já é uma imoralidade, na verdade, porque a gente está vendo o que está acontecendo. Nas universidades, nós já tivemos casos terríveis: na véspera no Natal, as senhoras que trabalham na limpeza estavam sem salário, sem vale-alimentação, sem vale-transporte e obrigadas a aparecer no dia seguinte! Não estamos falando de uma pessoa que recebe três, quatro salários mínimos, estamos falando de uma pessoa que recebe salário mínimo, às vésperas do Natal, sem poder comprar um presente para o filho, nem uma comida para botar na mesa. É isso que acontece com a terceirização. A empresa quebra, some do mapa e reaparece depois com outro nome, e começa tudo de novo. Essa é a terceirização já denunciada por juizes do trabalho que estão enojados com a situação da terceirização no Brasil. E o Presidente Temer, não contente com isso, estendeu para o serviço público. Aqui, na verdade, é ampliar a situação dos indicados pelos partidos e pelas coligações que, quando ganham uma eleição, querem tomar conta dos cargos do serviço público também, então querem fazer indicações. Nós lutamos tanto para colocar na Constituição de 1988, para moralizar o serviço público, a questão do concurso público, nós defendemos o concurso

público, que é a única garantia... O concurso público e a estabilidade, Presidente, não são um direito do servidor; a estabilidade do servidor público é a defesa do serviço público, é a garantia que você, contribuinte, tem de que o seu dinheiro vai para o serviço público e não vai ser utilizado para a benesse de partido A, B ou C. O que eles querem? Como era antigamente? Ganhava partido A, demitia todo mundo, colocava seus partidários; e, quando ganhava o partido B, demitia todos aqueles do partido A e colocava todo mundo do partido B. Era isso, era assim que funcionava o serviço público. Ou não funcionava o serviço público, porque serviço público é continuidade, no serviço público não é um apertador de parafusos, nós tratamos com seres humanos. Imagina uma universidade com professores terceirizados? Uma equipe de pesquisa na universidade leva dez, quinze anos para se formar, entendem? E a pesquisa no Brasil é decisiva. Mais de 90% das pesquisas são feitas dentro das universidades federais, ou seja, dependem de servidores públicos, com estabilidade, concursados; não dependem de indicação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA BERNA MENEZES (PSOL): ...Para concluir, quero colocar o nosso repúdio com relação a esse decreto e dizer que o Presidente está querendo, com 3% de apoio, fazer todo o seu saquinho de maldades agora no final do seu mandato, porque ele sabe que vai sair da Presidência para a cadeia, então ele quer passar a reforma da previdência, ele quer colocar esse decreto, ele quer um saquinho de maldades para o conjunto da população brasileira, já não bastando a desgraceira que ele fez no Brasil gerando quase 30 milhões de desempregados. Obrigado, Presidente, pela sua paciência.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver.^a Berna. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nobre Ver. Freitas, os colegas Vereadores e Vereadoras, o público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Quero me associar às manifestações dos nobres colegas e dizer que Porto Alegre, com mais de 1,4 milhão habitantes e com mais de 1 milhão de eleitores, Ver. Adeli, não merece o Prefeito que se apresenta como o gestor da nossa Cidade. A gente respeita, é uma questão democrática. Ali atrás, há quase dois anos, uma grande parcela da população escolheu Nelson Marchezan Júnior como o Prefeito da nossa Cidade, sem ter os 51% ou a maioria dos votos válidos. Foi eleito com a maioria dos votos válidos, mas não com 50% mais 1%. Nós percebemos que hoje a rejeição do nobre Prefeito é imensa, é imensa por uma coisa muito óbvia. Eu costumo andar muito pela Cidade, e nós

percebemos que o Centro, Ver. Adeli, está completamente abandonado! Não há praticamente nenhum tipo de fiscalização. O comércio ambulante ou irregular está completamente desordenado, não há fiscalização nenhuma. Nós pleiteamos muito aqui por uma questão de uma alimentação saudável, quem me diz que aquelas inúmeras bancas de venda de frutas ou verduras, que estão no centro da Cidade, têm controle ou têm procedência, que pode ser recomendado para a saúde do ser humano? Claro que não. Nós percebemos, por exemplo, como foi citado aqui, em todas as sessões, os buracos nas ruas da Cidade! Mas mais do que isso, se olharmos os serviços oferecidos, são de péssima qualidade. Vou aqui citar alguns da área da saúde. E eu tenho visitado muito, tanto as unidades de saúde como unidades do Programa de Saúde da Família, que se estabeleceu há um bom tempo na Cidade e que trata do atendimento à saúde básica. Eu poderia falar aqui, por exemplo, dos prontos atendimentos, completamente abandonados, sucateados, máquinas quebradas, cadeiras destruídas, ar-condicionados não estão funcionando, e os atendimentos demoram de oito a dez horas para receber o primeiro atendimento. Lamentável! Aí o Prefeito disse que iam ter oito prontos atendimentos das 19h às 22h. Já se vão dois anos e ele lançou três! Sabem quem esses três pontos prontos atendimentos de saúde atendem? Atendem, na maioria, pacientes ou moradores de outros bairros que não conseguem atendimento na sua unidade de saúde e que, por uma questão de urgência, acabam sendo atendidos nessas três alternativas, quando não nos prontos atendimentos da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, e lá do Postão da Cruzeiro. Raras exceções estão indo para a UPA da Assis Brasil, que tem a gestão do Hospital Conceição. E aí eu diria o seguinte: se não fossem as entidades filantrópicas que atendem pelo SUS em Porto Alegre, seria um caos, ou os dois grandes empreendimentos hospitalares, que são o Hospital de Clínicas e o Hospital Conceição, porque novidades na área da saúde nós não temos concretamente, porque não percebemos a chamada, por exemplo, dos funcionários, dos concursados, não houve novidade, houve a ideia de operacionalizar a Operação Inverno. Ela é uma Operação Inverno temporária, isto é, terminou o inverno, termina a Operação Inverno, e os atendimentos, cada vez com maior dificuldade. A população está tendo dificuldade para ter atendimento médico; por isso o Marchezan se elegeu, mas teve uma enorme dificuldade: mais de 20 gestores ou secretários já o abandonaram...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): ...Para concluir, nobre Presidente, mais de 20, sejam secretários ou presidentes de autarquias, já o abandonaram. O Prefeito tem dificuldade para fazer a gestão da Cidade e acaba transferindo a responsabilidade para a Câmara de Vereadores, dizendo que a Câmara não aprova os projetos que ora ele encaminha para cá. Mas se observarmos, na campanha, ele, de uma certa forma, era contra o aumento do imposto, disse isso em

várias ocasiões, e agora só fala em onerar a população, em aumentar imposto e tirar direitos conquistados do servidor público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

Aprego Ofício nº 821/18 do Gabinete do Prefeito. (Lê.): “Sr. Presidente. Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos requerer tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE nº 005/18), que institui nova Planta de Valores no Município de Porto Alegre, atualizando a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), em especial no tocante à Planta Genérica de Valores, nos termos do art. 95 da Lei Orgânica do Município e do art. 112 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, tendo em vista tratar-se de projeto prioritário para a cidade. Nelson Marchezan Júnior. “

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, se fosse um projeto prioritário para a Cidade, o Sr. Prefeito não teria retirado a urgência ontem. Então, até isso. Eu quero fazer aqui esse aparte para que fique nos Anais desta Casa. Esse Prefeito é completamente maluco, desequilibrado emocionalmente. Ele pensa que está brincando?! Esta Casa aqui tem mais de 200 anos, com Vereadores comprometidos tentando ajudar a Cidade, e ele fica com essa brincadeira. É uma vergonha isso. Vergonhoso o que esse Prefeito está fazendo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (PMDB): Sr. Presidente, eu acho que o que está acontecendo com esse Ofício de agora... Eu queria convidar o meu querido amigo, colega Ver. Moisés, para que renuncie à liderança do Governo. Isso é um desrespeito com o Líder do Governo aqui nesta Casa. Depois de o Líder do Governo, ontem à tarde, pedir a retirada da urgência, hoje chegar esse Ofício, é a mesma coisa que desautorizar ou destituir o Líder do Governo. Certamente, isso terá repercussões muito mais graves. Muitos Vereadores, conversei agora, que iam votar a favor do Governo, estão repensando, e muitos deles, dizendo que não votarão mais, nem a favor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, nós, enquanto bancada do PT, também, em nome do Ver. Adeli, Ver.^a Sofia, Ver. Marcelo, queremos fazer um registro de indignação, na medida em que ele não tem respeito pela Câmara Municipal de Porto Alegre. O Prefeito, ontem, através do seu Líder do Governo, encaminhou um requerimento para a retirada da urgência; hoje, faz um outro requerimento, pedindo a urgência do projeto. Há uma enorme contradição, e eu creio que a Mesa Diretora poderia perguntar, ou, com a concordância do plenário, convocar o Prefeito para vir aqui, conversar com os Vereadores, vir ao plenário e dizer o que ele quer para a Cidade. Isso que ele está querendo trazer é querer priorizar uma pauta que já sabemos que está morta. Ela não passa, não tem acolhida dos Vereadores e está trancando, impedindo que a Câmara avance em projetos estratégicos para a Cidade.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Meu querido companheiro de Mesa, Ver. Freitas, meus colegas Vereadores, não fosse eu uma pessoa de palavra, para mim, a palavra tem um valor absoluto, hoje de manhã, quando tive ciência disso, não assinaria o documento que destinou os R\$ 15 milhões para ajudar na Operação Tapa-Buracos e o pagamento dos salários dos servidores. Eu estive com o Prefeito na segunda-feira, conversamos longamente, e esse assunto não foi tratado. Eu recebi o Secretário da Fazenda na terça-feira, conversamos longamente, juntamente com o Luiz Afonso e outros, e esse assunto não foi tratado. Sugerimos que fosse retirado o regime de urgência, porque não havia mais sentido, se iniciou a noventena, e foi retirado o regime de urgência. Tem vários projetos dos Vereadores aguardando para serem votados desde maio e não conseguimos votar porque os projetos de regime de urgência, que a Presidência conferiu porque não estava fazendo favor, travavam a pauta. Agora, quando nós tínhamos uma luz e uma janela para poder votar os projetos dos Vereadores e fazer a Câmara andar, novamente somos surpreendidos, no dia seguinte, em que fazemos uma concessão para ajudar o Executivo. Eu lamento, parece que, com todo respeito ao Prefeito, ele se sente bem numa zona de permanente conflito conosco. Não dá em bom lugar esse tipo de atitude, meus caros colegas. Não termina bem esse tipo de atitude. A Constituição brasileira determina, define que existem três Poderes: o Legislativo – o primeiro –, o Executivo e o Judiciário. Não se governa sozinho. Na primeira lição na aula de antropologia se diz que nenhum homem é uma ilha, e quanto mais nesse tipo de confrontação permanente com o Legislativo, às vésperas – não queria trazer isso, mas sou obrigado a dizer – da aprovação de um processo, que está aqui, de abertura da investigação de crime de improbidade administrativa por parte do Prefeito. Era momento de conciliação, ele próprio colocou nas redes sociais segunda-feira em favor da Cidade. E aí chega, na quinta-feira pela manhã, pelas redes sociais e pela imprensa, novo pedido de urgência que novamente trava a pauta da Câmara de Vereadores. E como o próprio Prefeito me disse na segunda-feira: “você perderam o ano de 2018 de fazer coisas muito importantes para a Cidade”. E eu disse a ele: Prefeito, estamos só nós dois aqui na sala, nós não perdemos, quem perdeu foi o senhor, que não teve capacidade de articular uma base dentro da Câmara Municipal de Vereadores. Disse olho no olho, como estou dizendo aqui publicamente. Então não podemos nos prestar a esse tipo de comportamento – eu ia até usar outro adjetivo, mas não vou, em respeito não usarei. O que eu espero é que haja uma reflexão profunda e que seja retirado o regime de urgência, porque, neste momento, ele não tem serventia nenhuma nesse processo, senão criar essa situação de conflito que, de novo, se criou aqui na Câmara de Vereadores.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. José Freitas, mas eu vejo aqui indignação, e com plena razão. Nós temos hoje, numa quinta-feira – para fazer justiça, nós que criticamos bastante –, 23 presenças num dia em que não há necessidade de votação, pois não há a Ordem do Dia, e estamos aqui. Mas eu fui surpreendido agora, quando já estava me preparando para fazer outro pronunciamento. Em maio, quando procurei o Presidente da nossa Casa, o Ver. Valter Nagelstein, para

adiantar um valor em nome da Câmara, ao invés de esperar o final do ano, o Prefeito não aceitou. Nós ficamos incrédulos: como o Prefeito que diz que está faltando dinheiro e não aceita uma devolução antecipada da Câmara para tapar buracos, tirar esse pessoal da rua para colocar numa melhor situação? Agora já se acumula a falta de salários dos funcionários. Fomos surpreendidos, isso é uma brincadeira! Ele está desafiando a Câmara! Olha que eu falo com a maior tranquilidade, porque o meu partido apoia este Governo, o meu partido tem o Vice. Eu gostaria que o Vice desse uma opinião – gostaria! – e vou conversar com ele, porque o seu Governo já está acabando, estamos já no segundo ano, que já se foi. O terceiro ano pode acabar o Governo Marchezan em Porto Alegre. Há um processo de cassação na Câmara, o qual teremos que adiantar para ver o que aconteceu. Então, naturalmente, agora, para o telespectador que está nos ouvindo entender: ontem, ele retirou a urgência porque nós iríamos ganhar a votação no plenário para não aumentar o IPTU do jeito que ele quer, mais de 30% ao ano. Aí hoje, um dia posterior... Ele está desafiando aqueles 19 candidatos a Deputado Estadual, que são Vereadores desta Casa, como quem diz: “Agora eles não votam, mas, depois da eleição, eles vão votar comigo”. Isso é vergonhoso, isso é um desafio a todos os Vereadores desta Casa, aos 36, mas principalmente aos candidatos a Deputado Estadual, que são 19, que são bons Vereadores e têm chances de se elegerem, mas não podem ser desafiados dessa forma. Dessa forma, como já falaram meus colegas aqui, o plenário, esta Casa Legislativa, que tem independência, tem que se manifestar como nós estamos. Isso é indispensável, que nós possamos tomar decisão, não contra o Prefeito, porque ele está passageiro, mas favoravelmente à Cidade, que não deve ter esse relacionamento de toma lá dá cá. Isso não vai acontecer, nós não vamos deixar! E vamos deixar claro, caso ele queira de uma forma democrática buscar a harmonia com este Poder, para que nós possamos chegar a um denominador, porque não é somente ele que perde, é toda a Cidade que perde, perde a vida política.

Ele foi meu colega, eu jamais esperaria dele essas circunstâncias, esse posicionamento, ele não está sendo claro como ele era como legislador, pois, como Executivo, ele está fracassando. Não é aquele legislador, meu colega, ele não tem mais palavra, isso é lamentável.

VEREADORA BERNA MENEZES (PSOL): Presidente, é lamentável o que nós estamos acompanhando hoje aqui, eu e o Ver. Luciano, o Ver. Prof. Alex estamos impactados, porque nós somos oposição. O que nós estamos escutando aqui não é uma luta contra a oposição; é um Prefeito contra uma Casa, uma Casa que tem feito um esforço por Porto Alegre. Ontem houve uma declaração do Presidente, o conjunto da Mesa, o conjunto dos Vereadores, em uma coletiva com a imprensa, em que foi feita a declaração de que esta Casa tem feito um esforço para combater os buracos da Cidade, atender a questão social dos moradores de rua, então houve um esforço da Casa em relação a isso. O Prefeito se negou, ele não quer nenhum diálogo com esta Casa. Então, está se vendo que ele está desafiando a Casa e só perde com isso. Quem tem dois neurônios na política sabe que isso é uma posição desastrosa, é um fim de Governo, é uma pessoa que se mostrou incompetente fazendo esse tipo de

declaração. Então, nesse sentido nós queremos manifestar a posição do PSOL e deixar demarcada a posição da nossa bancada. Muito obrigada, Presidente.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sr. Presidente, eu já me manifestei na tribuna, como Líder, a respeito do absurdo do pedido de urgência novamente sobre esse projeto. Mas eu venho aqui fazer uma consulta à DL, ao Diretor Legislativo desta Casa. Eu quero saber se há possibilidade de o mesmo projeto ter regime de urgência, uma vez que foi retirado e agora está sendo reapresentado. Eu quero saber da DL se há essa possibilidade: reapresentar regime de urgência do mesmo projeto.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Vai ser encaminhado para a Diretoria Legislativa para ser analisado.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, quanto à opinião do Vereador, meu querido amigo Mauro Pinheiro, e considerando que todas as lideranças aqui já tiveram oportunidade de se manifestar, eu quero, da mesma forma que meus colegas, manifestar minha estranheza sobre o procedimento. Não sei, houve um tempo em que tínhamos a velhinha de Taubaté, acho que agora eu sou o velhinho que acredita nas coisas. Eu dormi essa noite acreditando que nós estávamos abrindo a possibilidade de uma grande negociação no sentido de salvar esse projeto. Aliás, conversei muito com o Ver. Mendes Ribeiro nesse sentido. Agora, menos de 24 horas depois, ele retoma a condição da urgência, restabelece a radicalidade, não tem como apagarmos esse incêndio, ficou difícil. Eu me sinto na obrigação de, com muita tristeza, fazer esse registro. É duro ajudarmos quem não quer se ajudar.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, o assunto pode ser tratado e os Vereadores têm todo o direito de tratar qualquer assunto do Parlamento com o Prefeito, só que aqui tem o momento e o local adequado para isso, o microfone de apartes é somente para questões de ordem. O Presidente não pode deixar os Vereadores se manifestarem pelo tempo que quiserem, o quanto quiserem, isso aqui não é microfone de lamentações. Existe o Regimento e gostaria que V. Exa. o cumprisse e que os Vereadores utilizassem a tribuna no tempo de Liderança e falassem o que quisessem, dentro do Regimento da Casa. O senhor não pode abrir exceções para as pessoas falarem o que quiserem, onde quiserem e como quiserem, existe o Regimento e eu gostaria que fosse cumprido.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Sim, senhor, está feito o registro...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, acho que vou apresentar um projeto para criar o corregedor da Casa para o Ver. Mauro Pinheiro.

Quero fazer a seguinte pergunta à Diretoria Legislativa, já que o Prefeito diz, neste ofício, que está pedindo a urgência, menos de 24 horas depois, porque o projeto é urgente para a Cidade. Como já estava em urgência, nós não podemos já votar na segunda-feira isso?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Feito o registro, Ver. Bosco. O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Tem gente que quer ter direito, mas não chega nem no horário da Sessão. Chega às 15h e quer cantar de galo! Desculpe-me, Mauro Pinheiro, mas o senhor está fora da casinha, o senhor chegou agora, o senhor nem sabe o que está acontecendo. Se o senhor quer discutir, chegue às 14h, porque aí terá o direito de subir aqui e falar o que o senhor quer. É uma vergonha, nós ficamos três meses para discutir o IPTU, agora tira a urgência e quer colocar de um dia para outro?! É vergonha! Isso é uma vergonha! Um Prefeito que não sabe governar a Cidade não tem moral para governar a Cidade. Acredito que, se eu fosse o Líder do Governo, eu pediria para sair, porque é um desrespeito ao Líder do Governo, que ontem pediu a retirada da urgência do IPTU, mas vem o Prefeito desrespeitar o Líder do Governo, e aí o nosso querido amigo Mauro Pinheiro chega aqui cantando de galo e querendo botar ordem na Casa como se ele tivesse algum tipo de moral para fazer isso. Desculpe-me, Ver. Mauro Pinheiro, mas acho que o senhor está equivocado. Nós estamos aqui desde as 14h, demos presença; então, se o senhor quer ter direito, chegue mais cedo, porque o senhor vai entender o que está acontecendo. Desculpe-me, mas é uma vergonha o nosso Prefeito fazer isso, não respeita os Vereadores, não tem consideração nenhuma com a cidade de Porto Alegre, porque a Cidade está toda esburacada. Ele não anda na Cidade, não vê a Cidade, não cuida da população, ele não respeita os idosos, não respeita as pessoas com deficiência, a Cidade está totalmente abandonada. Isso é uma vergonha, um desrespeito. E nós não somos crianças, temos aqui 36 Vereadores, pais de família, homens casados, senhoras casadas, e aí vem o Prefeito fazer a gente de palhaço! Fazer a gente de palhaço! Está brincando com o Parlamento! Está brincando! Não serve nem para ser síndico de condomínio! Obrigado, Presidente José Freitas, mas eu não poderia ficar vendo a Cidade do jeito que está, alagada, esburacada, abandonada.

E aí o Prefeito, no outro dia, coloca novamente a urgência para o projeto do IPTU. Vamos derrotar esse projeto, vamos votar contra, não será aprovado o IPTU neste ano nem em 2019 nem em 2020. O jeito que está é vergonhoso para a nossa Cidade. Vergonha! Eu, se fosse o Moisés, pediria para sair da Liderança hoje. Obrigado, Presidente, que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)
Ausente

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)
Ausente

O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não imaginava que nesta tarde eu iria viver um momento de profunda frustração, na medida em que os outros acontecimentos fazem com que eu repense alguns propósitos que havia estabelecido, especialmente na expectativa de procurar, no diálogo, que de certa forma já vinha desenvolvendo com Vereadores, como o colega Mendes Ribeiro, a respeito da possibilidade concreta que, a meu juízo, se apresentava de aprofundarmos um exame e criarmos condições objetivas de que a revisão da planta genérica – que há dois anos se discute aqui na Casa sem perspectivas de aprovação – pudesse, de uma vez por todas, ser enfrentada com soluções positivas pelo lado da Administração Municipal. Até porque eu ouço de quase todos os colegas, senão de todos, a colocação de que efetivamente há necessidade de se revisar a planta genérica dos imóveis em Porto Alegre, em grande parte defasados ao longo do tempo, de forma assustadora. Qual não é a minha surpresa de que esse objetivo com o qual amanheci no dia de hoje começa, Ver. Dr. Goulart, a se esvaír na medida em que a possibilidade de um amplo debate e de um diálogo desarmado, que eu acreditava que logo após a eleição pudesse se realizar, fica definitivamente comprometido com o acontecimento que registramos na tarde de hoje. Por isso ocupo com muita mágoa a tribuna nesta hora, não gostaria de fazê-lo nesta circunstância. Era minha intenção fazer hoje, aqui e agora, um apelo ao desarmamento das posições, muitas delas aguçadas pela proximidade do pleito eleitoral, de tal sorte que pudéssemos olhar a Cidade não como sendo a Cidade do Marchezan, mas como a Cidade de todos nós, especialmente de nós, Vereadores, que somos responsáveis de tanto quanto possível zelar pelo seu presente e contribuir para que ela tenha um futuro mais promissor.

Todos nós sabemos, o Brasil todo sabe que os municípios, em geral, passam por enormes dificuldades, muitas das quais são entendidas como insuperáveis. Temo que daqui a pouco possamos estar vivenciando esta situação aqui na nossa Cidade, e não adianta querermos estabelecer culpa de um ou de outro sem que antes façamos um esforço coletivo para, com todas as dificuldades e obstáculos apresentados, equacionarmos soluções que possam efetivamente responder circunstancialmente pela necessidade do Município. Não logrei êxito, meu sentimento matinal não se confirmou na parte da tarde, e por isso, Sr. Presidente, ocupo deste espaço que regimentalmente me é concedido e faço esse pesaroso registro na expectativa de que Deus possa ajudar e outras soluções sejam aventadas diversamente daquela com a qual sonhei na noite de

ontem e amanheci no dia de hoje. Elas, temporariamente, estão absolutamente afastadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 1º a 04 de outubro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Luciano Victorino está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LUCIANO VICTORINO (PSOL): Boa tarde a todas e todos, me inscrevi no intuito de falar sobre alguns projetos que a gente apresentou sob o mandato do Roberto Robaina e do Marcelo Rocha, mas não tem como começar sem falar da derrota que o Marchezan sofreu ontem de novo, porque esse pedido de retirar o projeto do regime de urgência certamente foi uma derrota por mostrar justamente que ele não ia aprovar. E ele conseguiu um feito, na verdade, ele está praticamente de parabéns, o feito é juntar a Câmara de Vereadores contra ele novamente. É um Prefeito completamente intolerante, está sempre postando nas redes sociais, no Twitter, ele gosta bastante de dizer que os Vereadores são irresponsáveis, que os Vereadores não têm postura, mas a postura dele, na verdade, é uma postura de moleque, porque há dois anos consecutivos não consegue aprovar, não consegue dialogar, não consegue encaminhar nada na Câmara Municipal. Não é à toa, o Valter lembrou bem, que ele, como Presidente, se dedicou a esse processo, embora a gente tenha inúmeras discordâncias de como deve ser o projeto do IPTU, ele se dedicou no último período para que esse projeto fosse votado na Câmara Municipal. Ontem teve uma coletiva, ontem teve diversos movimentos, e é um desrespeito com os Vereadores, com esta Casa. Não obstante, o Prefeito continua atacando e continua não ouvindo a Câmara Municipal, e acho que a posição do Cassiá é muito importante, de cobrar o seu Vice, o Vice de Marchezan, que é do mesmo partido que ele, para que ele escute a Casa e que se inicie esse diálogo com o Prefeito.

Bom, eu vim falar aqui um pouco sobre os projeto que a gente apresentou, porque embora eu não estivesse no cargo de Vereador nos últimos dois anos, Roberto Robaina, Marcelo Rocha, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga estavam, e os nossos mandatos são coletivos. Através desses mandatos, a gente apresentou diversos projetos voltados para a população LGBT, projetos que a gente discutiu na construção da minha candidatura, na construção da candidatura do Marcelo. Esses projetos já foram apresentados nesta Casa, e eu posso citar alguns, como o projeto que trata da questão da adoção de licença-paternidade e licença-maternidade para casais LGBTs, protocolado pelo Ver. Roberto Robaina; o projeto protocolado pelo Marcelo Rocha, que fala sobre o Conselho Municipal e o Fundo Municipal LGBT; o projeto que a gente discutiu e

enviou como indicação, que fala sobre o ambulatório da saúde da população trans. Foi uma indicação feita à Prefeitura, foi uma indicação que chegou à Secretaria de Saúde e, felizmente, foi aprovada; foi aprovada pelas Comissões desta Casa e, no ano passado, chegou à Prefeitura. No final do ano passado, foi votado o orçamento. No orçamento municipal, a gente destinou R\$ 200 mil para que, de fato, se executasse. Foram R\$ 200 mil dedicados à política integral da população LGBT; R\$ 200 mil que foram aprovados no orçamento – numa Sessão que não foi fácil, que durou a madrugada inteira –, mas que estão lá. O Secretário Municipal está sentado em cima, porque é uma destinação que não foi executada.

Então eu aproveito os dias em que estou aqui para cobrar, para cobrar que, de fato, esses R\$ 200 mil sejam executados imediatamente. Inclusive, vamos protocolar, até o final dos dias em que fico aqui nesta Casa, um pedido de informações. Por que esses R\$ 200 mil não foram executados? Onde estão esses R\$ 200 mil que foram destinados à população LGBT de Porto Alegre? Não dá mais, o Prefeito não recebe os movimentos sociais, não nos recebe para falar sobre a Parada, não nos recebe para falar sobre política de saúde à população LGBT, não nos recebe para falar sobre a evasão escolar da população trans no Município de Porto Alegre. E a gente quer que, de fato, o que foi votado nesta Casa, o que foi votado por 36 Vereadores, seja executado. Nós queremos esses R\$ 200 mil destinados à política integral da população LGBT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Luciano.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, o Vereador Mauro Pinheiro chega atrasado. Nós estamos aqui desde as 14h, Ver. Mauro Pinheiro! Desde as 14h! Nós vamos falar! Se eu não falar no microfone, eu vou subir aqui e vou falar. O senhor está fazendo o que seu prefeito faz, uma chinelagem, uma molecagem. Vamos chamar os Vereadores, vamos dar quórum. Eu vou subir aqui na mesa e vou falar. Eu vou falar, o senhor não vai me proibir.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Estão desmontando toda a Secretaria de Esportes, Ver. José Freitas. Dezoito professores foram encaminhados para voltar para a SMED. Dezoito, apesar da manifestação da Câmara.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Ver.^a Sofia Cavedon, está aberto o painel eletrônico para verificação de quorum, a pedido do Ver. Mauro Pinheiro. (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h21min.)

* * * * *